

Em julho será realizada reunião plenária intensiva

Da Sucursal do Rio

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais decidiu realizar uma "reunião plenária intensiva", de 29 de junho a 12 de julho, no Centro de Treinamento do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis (RJ), a 66 km do Rio. Os membros da Comissão ficarão "concentrados" no local, com oito horas diárias de reunião, num esforço conjunto para que o trabalho seja encerrado dentro do prazo determinado pelo presidente José Sarney.

Existe dúvida, na Comissão, sobre o prazo para encerramento dos trabalhos. Segundo o decreto do

Executivo que criou a Comissão, esta teria dez meses para concluir o trabalho. Este período terminaria no dia três de julho, se fosse contado a partir da solenidade de nomeação dos membros da Comissão, que ocorreu no dia três de setembro de 85, em Brasília. Ontem, o professor Cândido Mendes de Almeida, um dos 51 membros do grupo, disse que o prazo deve ser contado a partir do início dos trabalhos, no dia 12 de outubro, e que só terminará em agosto.

O incidente ocorrido no encerramento da reunião de anteontem da Comissão — quando o advogado de empresas e relator do capítulo referente à "Ordem Econômica" do

anteprojeto de Constituição que está sendo preparado pela Comissão, Alberto Venâncio Filho, abandonou a reunião dizendo sentir-se ofendido e disposto a pedir demissão das funções de relator, depois que o advogado José Alberto Assunção disse que seu texto era "confuso"—, terminou ontem com um abraço de reconciliação, aplausos e um emocionado agradecimento de Venâncio.

O relator, como havia anunciado na véspera, entregou ao presidente da Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, seu pedido de demissão da condição de relator do grupo. Arinos, "atendendo ao desejo dos membros da Comissão", rejeitou o pedido.